

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição parcelada de óleos lubrificantes, graxas, fluidos de freio, aditivos para radiadores e demais insumos correlatos, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas pesadas do Município de Três Pontas/MG, conforme especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste instrumento.

ITEM	UN	QUANT	CODIGO	PRODUTO	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. MÁX. ADMITIDO
1	UN	582	133	ÓLEO 2 T 500 ML.	EMBALAGEM: 500ML	R\$ 30,58
2	BALDE	70	142	OLEO HIDRAULICO TIPO 68	ISO-HM - DIN:HLP - Bd. 20 LITROS NH 668 HV ISO VG 68	R\$ 436,67
3	BALDE	50	3727	OLEO P/ DIFERENCIAL SAE - 90. MIL-L-2105B - API-GL5 - BD. 20 LITROS		R\$ 373,99
4	LITRO	30	40665	FLUIDO FREIO BRAKE LHM610 A	(LHM NH 610A) EMBALAGEM: 1 LITRO.	R\$ 139,33
5	TAMBOR	23	129	SHAMPOO TB. 200 LITROS		R\$ 538,45
6	LATA	24	26514	QUEROSENE 900ML		R\$ 18,01
7	LITRO	24	81744	ÓLEO DIREÇÃO HIDRÁULICA S1 ATF TASA	EMBALAGEM DE 1 LITRO	R\$ 49,90
8	UN	120	81745	ADITIVO PARA COMBUSTIVEL DIESEL S10	500 ML	R\$ 53,98
9	UN	9	70777	OLEO SAE 10W30 API SL JASO MA SINTETICO PARA MOTOCICLETAS	EMBALAGEM DE 1 LITRO	R\$ 51,93
10	BALDE	5	40663	OLEO 15W40 (BL 20 LITROS)		R\$ 508,71

1.2. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

A manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município depende de reposições periódicas e imprevisíveis de óleos lubrificantes, graxas, fluidos de freio, aditivos para radiadores e demais insumos correlatos, não sendo possível definir previamente, com exatidão, os quantitativos que serão efetivamente consumidos ao longo do exercício, por esta razão da natureza dos materiais a serem adquiridos, cuja demanda ocorre de forma contínua e parcelada durante o período de vigência da futura Ata de Registro de Preços.

A utilização do SRP proporciona maior eficiência administrativa, economicidade e flexibilidade na gestão dos estoques, permitindo que as aquisições sejam realizadas conforme a necessidade da Administração, evitando o armazenamento excessivo de materiais, reduzindo riscos de vencimento, deterioração ou obsolescência dos produtos e garantindo a continuidade dos serviços públicos que dependem da disponibilidade da frota municipal.

Além disso, o sistema possibilita a obtenção de preços mais vantajosos, a racionalização dos procedimentos de contratação e o atendimento dos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

1.3. Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços:

- quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência;
- quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
- quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

Será admitida a subcontratação?

A presente contratação resguarda autonomia operacional, uma vez que parte dos insumos será aplicada diretamente pela equipe das Oficinas Mecânica do Município na rotina preventiva diária, não gerando dependência exclusiva de execução de terceiros ou risco de paralisação cruzada de contratos.

1.4. Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

Em atendimento ao disposto no art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a viabilidade técnica e econômica do parcelamento da solução.

Considerando a natureza do objeto, verificou-se que os itens a serem adquiridos possuem especificações, aplicações e unidades de fornecimento distintas, podendo ser fornecidos de forma independente por diferentes empresas do ramo. Dessa forma, o parcelamento da contratação por itens mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso, permitindo ampliar a competitividade do certame, possibilitar a participação de um maior número de fornecedores e favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O parcelamento não compromete a execução contratual, tampouco gera prejuízos à padronização, à qualidade dos produtos ou à gestão da contratação, uma vez que os itens são independentes entre si e serão utilizados conforme as necessidades de manutenção da frota municipal.

Ademais, a adoção do julgamento por itens está alinhada ao entendimento consolidado dos órgãos de controle, que recomendam o parcelamento sempre que técnica e economicamente viável, visando ampliar a concorrência e promover maior economicidade nas contratações públicas.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto por itens constitui a solução mais adequada para atender ao interesse público, observando os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade contínua de aquisição de óleos lubrificantes, graxas, fluidos de freio, aditivos para radiadores e demais insumos correlatos destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal. A medida visa garantir a adequada conservação, segurança, disponibilidade e desempenho dos veículos e máquinas utilizados pelas diversas Secretarias Municipais na execução de serviços públicos essenciais.

A frota municipal é composta por veículos leves, utilitários, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e equipamentos motorizados empregados em atividades indispensáveis ao atendimento da população, tais como transporte de pacientes, manutenção de vias públicas, limpeza urbana, obras e serviços de infraestrutura, apoio às atividades administrativas, programas sociais e demais ações de interesse público. A indisponibilidade desses veículos e equipamentos compromete diretamente a eficiência da prestação dos serviços públicos e pode ocasionar prejuízos ao atendimento das demandas da Administração e da coletividade.

A manutenção da frota é realizada de forma preventiva e corretiva, sendo parte dos serviços executada pela oficina municipal, quando tecnicamente viável. Para tanto, é indispensável o fornecimento contínuo dos insumos necessários ao funcionamento dos motores, sistemas hidráulicos, transmissões, sistemas de freio e demais componentes mecânicos, cuja utilização adequada contribui para a redução do desgaste das peças, aumento da vida útil dos equipamentos e diminuição dos custos com reparos de maior complexidade.

A necessidade da contratação foi identificada a partir da análise do histórico de consumo, da demanda operacional das Secretarias Municipais, da quantidade de veículos e equipamentos em operação e da necessidade de manutenção contínua da frota. Verificou-se que a ausência ou insuficiência desses materiais pode ocasionar paralisações, aumento dos custos de manutenção, redução da vida útil dos bens públicos e interrupção de serviços essenciais prestados à população.

Foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, econômicos e operacionais, tais como compatibilidade com as especificações dos fabricantes dos veículos e máquinas, qualidade dos produtos, desempenho, durabilidade, disponibilidade de fornecimento e relação custo-benefício. As informações detalhadas relativas às pesquisas de mercado, especificações técnicas e estimativas de preços encontram-se registradas nos documentos que instruem o presente processo.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada para assegurar a continuidade dos serviços públicos, a eficiência da gestão da frota municipal, a preservação do patrimônio público e o atendimento do interesse público, observando os princípios do planejamento, economicidade, eficiência e boa governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. O objeto da licitação deverá ser entregue dentro do Município de Três Pontas – MG, no local indicado pela Secretaria Municipal solicitante, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 08 às 16 horas, em prazo não superior a **15 (quinze) dias consecutivos**, contados do recebimento da Ordem de Compra emitida pela Divisão de Compras e Patrimônio.

3.2. A entrega que for feita fora do horário mencionado acima, não será aceita pela Comissão de Recebimento, ficando a Prefeitura isenta de qualquer responsabilidade.

3.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.6. Na hipótese de ficar constatada qualquer anormalidade com os produtos, objeto desta licitação no que se refere à sua característica e/ou qualidade, a contratada deverá providenciar a substituição necessária, no prazo estipulado dias corridos, correndo por sua conta e risco, sem nenhum ônus à contratante. **Prazo de 04 (quatro) dias para substituição**

3.7. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto contratado, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

3.8. O fornecimento do objeto contratado deverá ser efetuado dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, consoante as condições constantes no termo, obedecer às normas e padrões da ABNT, INMETRO, quando for o caso, às legislações específicas das Agências Reguladoras e demais normas e legislação pertinente e em vigência.

3.9. Deverão ser fornecidos somente materiais previamente homologados pelas montadoras nacionais ou globais.

3.10. As licitantes deverão cotar e entregar óleos lubrificantes que contenham na embalagem o número do registro na ANP - Agência Nacional do Petróleo, conforme Portaria nº 131/ANP de 30 de julho de 1999, publicada no Diário Oficial da União.

3.11. Os óleos não poderão ser refinados ou de origem recuperados, deverão ser de 1ª linha, novos e fabricados por companhia de petróleo.

3.12. Os itens que possuem obrigatoriedade de registro de preços na ANP – Agência Nacional de Petróleo, conforme legislações vigentes deverão constar na proposta de preços o número do registro.

3.13. Todas as licitantes deverão anexar nas propostas a ficha técnica de seus respectivos produtos bem como documento que comprove a homologação de uma montadora de veículo, tratores agrícolas e máquinas pesadas.

3.14. Os itens que contém lubrificantes e graxas deverão conter especificação técnica IATF 16949/2016.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 4.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 4.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 4.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 4.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 4.5.** A Prefeitura Municipal de Três Pontas, através de representante, exercerá a fiscalização do contrato e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.
- 4.6.** As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Três Pontas em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.
- 4.7.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Lei 14.133/2021.
- 4.8.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços, na forma da Lei nº 14.133/21.
- 4.9.** Ao Município de Três Pontas/MG é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto, que será exercida por servidor designado à função de fiscal de contrato, nomeada pela portaria.
- 4.10.** A fiscalização do objeto e a gestão do contrato serão de responsabilidade do município.
- 4.11.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os materiais contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 4.12.** O conjunto de atividades de gestão compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pelo fiscal devidamente designado.
- 4.13.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.
- 4.14.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 4.15.** No caso de divergência ou omissão do contrato, prevalecerão as regras do edital.

5. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 5.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade

das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/21.

5.2. A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

5.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

5.4. A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

5.5. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133.

5.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21.

5.7. Fica designado(a) o(a) servidor(a) **Lucas Santos Martins, matrícula nº 12414, Técnico do Executivo III - Serviços Administrativos**, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

5.8. Fica designado, como fiscal substituto(a) o(a) servidor(a) **Wander Pedro Kalle Junior, matrícula nº 10522, Agente Operacional IV – Elétrica Veicular**, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

6. DO PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

6.1. O pagamento será feito por crédito em conta bancária no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do objeto discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

6.2. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior, a **CONTRATADA** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG, CNPJ n.º 18.245.167/0001-88, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

6.3. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da **CONTRATANTE**, que somente atestará a entrega das mercadorias e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

6.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** pelo representante da **CONTRATANTE** e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

6.5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – a multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e

II – se o valor da multa for superior ao valor devido pela entrega, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

6.6. Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.7. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, regularize sua situação ou apresente sua defesa.

6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado.

6.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

6.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, será adotado a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado - FGV), como índice para apuração da compensação financeira, cujo período será entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO]

7.2. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

() Não

(X) Sim

QUAIS?

- Número do registro dos óleos lubrificantes na Agência Nacional de Petróleo – ANP.
- As licitantes que cotarem os itens de limpeza/saneantes deverão apresentar o registro junto à ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) do fabricante.
- Todas as licitantes deverão anexar nas propostas a ficha técnica de seus respectivos produtos bem como documento que comprove a homologação de uma montadora de veículo, tratores agrícolas e máquinas pesadas.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.2.1. REFERENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

7.2.2. REFERENTE À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.3. REFERENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com os objetos propostos desta licitação.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação:

Codificação	Ficha	Secretaria
02.004.000.0004.0122.0012.2027.333903037	249	SMTO
02.007.002.0010.0301.0013.2144.333903002	429	SMS
02.003.003.0012.0361.0006.2025.333903002	174	SMED
02.009.000.0018.0122.0010.2049.333903002	553	SMMA
02.013.001.0008.0244.0005.2068.333903002	669	SMDSH
02.013.001.0008.0244.0005.2182.333903002	725	SMDSH
02.005.000.0006.0181.0019.2040.333903002	317	SMSRH

9. DO VALOR ESTIMADO

9.1. O valor máximo estimado será de R\$ 94.746,57 (noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).

9.2. Pesquisa de Mercado:

A estimativa de preços para a presente contratação foi realizada exclusivamente por meio do sistema Banco de Preços, ferramenta amplamente utilizada pela Administração Pública para pesquisa e formação de preços de referência, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

A consulta foi efetuada com base em contratações públicas realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, observando-se critérios de compatibilidade com o objeto licitado, período de referência adequado e parâmetros que asseguram a obtenção de valores condizentes com a realidade de mercado. Os preços coletados foram analisados e consolidados para composição do valor estimado da contratação, garantindo maior segurança, economicidade e fundamentação técnica ao processo de planejamento da contratação.

10. INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: Francisco José Gonçalves

E-mail: almoxarifado@trespontas.mg.gov.br

Telefone: (35)-3661-3362 - Almoxarifado Municipal

Três Pontas, 23 de junho de 2026

Francisco José Gonçalves
MASP nº 1677-1
Chefe de Divisão de Compras e Almoxarifado
Secretaria Municipal de Transporte e Obras